

## HISTÓRIA DA LITERATURA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

*Maria Eunice Moreira\**

*A narrativa que conhecemos sob a denominação de história da literatura constitui uma criação que data do século dezenove e envolve questões que dizem respeito a diversos fatores presentes no momento de sua configuração. Até o século XVIII, os saberes sobre os estudos literários apresentavam-se sob três denominações e conteúdos distintos: retórica, poética e bibliografia. Mesmo os volumes precursores que apareceram no século XIX com o título “história da literatura”, distanciavam-se do modelo e da forma do produto que hoje conhecemos sob tal denominação. Mais comprometidos com a reunião do material erudito ou com suas compilações, essas iniciativas pioneiras careciam dos elementos que configuram atualmente uma história da literatura, quais sejam: o caráter narrativo; uma relação de obras e autores, regidos por uma linha temporal – os eventos sucedem-se no tempo – ou por uma orientação espacial – a organização desses elementos pressupõe a existência de um estado-nação; um signo orientador capaz de engendrar e dar sentido à narrativa.*

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

Modelada sob a batuta da História, uma disciplina nova, mas que domina o século XIX, a história da literatura forja-se sob o modelo do qual procede, mas adquire contornos e roupagens especiais, sobretudo porque resulta de uma combinação que envolve dois elementos que lhe são peculiares: de um lado, o aparecimento da história como disciplina; de outro, a definição do conceito de literatura, que surge quase que simultaneamente ao conceito de história. Nascida, assim, sob o signo do historicismo que caracteriza esse momento da história das idéias, a história da literatura pode ser entendida como um subproduto da história, mas que tem de ser pensada no quadro maior do nascimento da história como ciência. Segundo Roberto Acízelo de Souza, *quatro motivos distintos, embora reciprocamente solidários, podem ser apontados para o relevo assumido pela história nos anos de 1800*<sup>1</sup>. O primeiro, de natureza econômico-político-social, resulta da expansão do capitalismo e da conseqüente contradição que seu crescimento provoca na sociedade, o que induziu a uma reflexão crítica sobre essa sociedade. O segundo foi a construção das filosofias da história, cujo processo decorre no século XVIII, mas que tem sua continuidade no século subseqüente. O terceiro, de cunho epistemológico, volta-se para o modelo físico-matemático que formata o conhecimento nesse período. Oriundo das ciências naturais, o modelo de base evolucionista, aplicado às ciências puras, transfere-se para o campo dos fatos sociais, buscando-se entender os fenômenos aí ocorridos como organismos em contínuo desenvolvimento dentro de uma faixa temporal. Assim como os seres vivos, as ciências humanas comportavam uma fase de surgimento, evolução e decadência que foi aplicado à ordem social. Nesse caso, à literatura, como um fenômeno social, aplicava-se também o molde evolucionista, que depois se tornou central na teoria darwinista, para nela reconhecer seu momento de aparecimento a que se sucederia uma fase de apogeu. Em quarto lugar, a idéia de passado, trazida no bojo do Romantismo vigente, retirava a concepção de um tempo anterior, selvagem e bárbaro, uma fase de incompletude, e o substituíria por uma etapa de integridade e bem-estar, uma fase mais positiva, na qual o homem vivia um estágio mais desenvolvido de sua evolução.

Dois fatores contribuem, sobretudo, para o apogeu da história da literatura no século XIX: de um lado, a perspectiva histórica domina o conhecimento, fazendo com que tudo se faça história, como afirma Ginzburg; de outro, o nascimento e a consolidação das nações tanto européias, como americanas, promove o engrandecimento do mecanismo historiográfico,

---

<sup>1</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. A idéia da história da literatura: constituição e crises. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p. 142.

porque, ao relatar a história de uma instituição, busca-se o motivo primevo, aquele que lhe deu origem e do qual decorre seu desenvolvimento. Nesse caso, a aliança entre história da literatura e a ideologia nacionalista torna-se o pressuposto fundador da disciplina, a que se associa a concepção romântica de literatura como expressão da nacionalidade. Dito de outro modo, a história da literatura se institui no momento em que as nações emergentes conformam-se e procuram meios de se consolidar, proclamando seus atributos individuais, de modo a se distanciar do modelo ou da nação na qual emergiram. No plano das idéias, vigora a teoria romântica, pela qual cada nação possui suas peculiaridades históricas, geográficas e culturais diferentes, sendo a literatura o espelho e o retrato dessa nova ordenação social.

Nascida nessa conjuntura, em que fatores de ordem histórica, ideológica e filosófica combinam-se de forma estratégica, a história da literatura viria a ocupar um lugar de destaque entre os mecanismos de elevação das nações, razão pela qual ela imediatamente passa ao terreno das escolas e se firma junto aos bancos escolares das primeiras até as últimas letras. A associação entre história da literatura e escola remonta à sua fase original e justifica-se a razão pela qual a escola torna-se, assim, a patrocinadora da história da literatura.

Consolidada no século XIX e orientada pelos princípios historicistas desse século e formulada à luz dos preceitos científicos, a história da literatura tratará de se organizar buscando entender os fenômenos sociais à luz do paradigma por ela definido. Com a dominância do pensamento científico, sua trajetória começa a se voltar a trabalhos de maior amplitude, identificados como “história comparativa das artes e letras” ou “história do espírito humano”, que constituem concretizações mais afinadas com as tendências científicas do século passado. O predomínio das concepções positivistas sobre a perspectiva historiográfica descarta o valor estético dos produtos literários, com vistas à construção de uma historiografia “objetiva”. Desconsiderando a dimensão literária das obras, determina seu valor a partir de conteúdos temáticos e ordena a sucessão de autores e obras com base numa alternância de períodos, tendências ou movimentos, que não apresentam relações entre si, nem com o passado mais distante, nem com o presente em que se situam produções e produtores.

Passada, contudo, a fase que lhe dá sustentação, ou seja, a ascensão e a consolidação do historicismo, a história da literatura começa a perder seu lugar de destaque com a queda e o descrédito do paradigma no qual se origina. Ao final do século XIX, a história não parece encontrar respostas para todas as questões do conhecimento humano e a tendência evolucionista, que regeu as ciências naturais, e se estendeu ao campo das ciências huma-

nas, não equacionou as questões mais básicas relativas à evolução e desenvolvimento das instituições. Tal qual a biologia e seus produtos, os seres humanos e suas criações sociais não se comportam sob o signo da evolução – nascimento, desenvolvimento e queda – mas se movimentam num campo que escapa a essa dimensão, o que coloca em suspeição esse modelo.

No âmbito da história, a falência do modelo positivista, que pretendia abarcar os fatos na sua totalidade e escrever a história “verdadeira” dos acontecimentos, acaba derrubada pelas novas concepções historiográficas. A história, como disciplina, perde seu caráter totalizante e reconhece a impossibilidade de abranger todos os elementos, fatos, condicionantes e situações que compõem um determinado evento. Uma personagem histórica não se apresenta como completa ou homogênea aos olhos dessa nova história, mas, observada sob determinados ângulos e vista sob óticas diferenciadas, dela resultam retratos distintos, que fazem com que um Napoleão, ainda que seja o mesmo imperador francês, possa ser visto como um herói, mas também como um ser dotado de fraquezas e debilidades. A relativização por que passa a história abrange a construção da própria narrativa, que se vê deslocada e inadequada enquanto gênero capaz de narrar os eventos. Concebida dentro de uma linearidade, a narrativa histórica desconhece as novas possibilidades do relato e torna obsoleto o procedimento no qual se estabeleceu. Contar uma história passa a ser um trabalho de construção, de invenção e, nesse caso, a história pouco difere da literatura. Finalmente, como instituição, a história da literatura enfraquece-se porque o ideal burguês e romântico de consagração das nações perdeu sua legitimidade. No plano da historiografia literária, o cânone oficial, que sustentava esse ideal, para o qual arregimentavam-se os autores e as obras representativas dessa ideologia, pluraliza-se e a noção de cânone sofre um abalo; em lugar do substantivo no singular passa-se a flexioná-lo no plural, e o cânone dá lugar aos cânones que sacralizam as minorias, os excluídos e os marginais da História.

Mas talvez a maior contestação à história da literatura tenha sido ocasionada pelas novas correntes de pensamento que se disseminaram pelo século XX e que provocaram uma violenta alteração nos modelos e nos paradigmas até então vigentes. Um primeiro movimento insinua-se dentro do próprio terreno da história, quando os historiadores franceses, especialmente aqueles vinculados à Escola dos Anais, aproximaram história e literatura, ao observarem que a narrativa histórica constrói-se sob o signo de certos modelos literários. A história aparece aos olhos desses intelectuais, como uma construção, pois os fatos relatados pelo discurso histórico organizam-se ou tramam-se, para usar a expressão dos formalistas russos, de

modo a engendrar uma narrativa. Assim, concebidos, coloca-se em xeque a objetividade e a verdade da ciência histórica, porquanto, formulada a partir de documentos, a história caracteriza-se como uma metalinguagem de uma enunciação primeira, que, por sua vez, já era elaborada a partir de um determinado evento. Ao abalo trazido por essas novas concepções, juntam-se as reflexões provenientes de intelectuais e pensadores de tendências epistemológicas distintas. Na história, Hayden White introduz o conceito de nova história; na literatura, Bahktin apresenta o conceito de dialogismo e invoca também a noção de multiplicidade de vozes, mostrando o romance como uma construção polifônica; Foucault e Derrida, em épocas mais contemporâneas, sacodem os estudos sobre a linguagem.

Desalojada enquanto gênero narrativo, desajustada na sua relação com o ideal político, que a elegeu como mecanismo mais promissor, e abalada pela noção de construção, como artefato da linguagem, a história da literatura vive períodos de longo ostracismo, especialmente no início do século XX. A verdade que ela contava sobre os autores e seus produtos, as obras, podiam revelar-se totalmente frágeis, tornando também precários os ensinamentos que ela passara com o abono da escola. Como construção narrativa, fica evidente que a narrativa história da literatura estava não só embasada em fontes precárias e parciais, como era esse o substrato no qual se declarava sua certeza e validade. Na sua relação com o poder, ela também perde seu domínio e vigor. O momento histórico-político agenciador de sua vitalidade há muito havia sido rompido e os cânones nacionais, por seu caráter autoritário e homogêneo, têm de ser substituídos por formulações plurais, mais consoantes com os novos ideais preconizados pelas ideologias emergentes. A explicação para as atividades humanas e o reconhecimento do papel central da linguagem nas formulações das ciências humanas, leva ao reconhecimento de que os fatos são construções, o que invalida sua contestação ou sujeição à prova da veracidade. Literatura e história continuam a apontar para ramos diferenciados e a proclamar sua própria especificidade, e a história da literatura, o sintagma que resulta dessa combinação (literatura + história), padece das relações que, de modo mais efetivo (ou afetivo), essas duas senhoras vêm registrando ao longo dos tempos.

Apesar, porém, desse quadro, a história da literatura conhece, no século XX, alguns momentos de recuperação, que podem ser sintetizados em torno de três momentos principais, em decorrência de renovadas proposições teóricas: o formalismo russo, a estética da recepção e o novo historicismo.

Ao colocarem a história da literatura no centro da pesquisa, reconheceram que o produto literário não permanecia constante, mas sofria muta-

ções no passar do tempo. Para os formalistas, o estudo do gênero das obras é tarefa que não compete propriamente à história literária, mas a disciplinas com maior vocação para esse trabalho. Essa atitude visava depurar a obra ou o objeto da literatura de todos os elementos não especificamente literários. Nesse sentido, a história da literatura afastava as referências de ordem geneticista, sociológica ou culturalista, como pretendia o historicismo, para considerar a obra como um fato objetivamente histórico e autônomo. Tinianov, por exemplo, constitui um caso diferenciado, pois distingue dois tipos de estudos: o estudo da gênese dos fenômenos literários e o estudo da variação da literatura (ou variabilidade da literatura), entendida como a evolução ou a modificação da série literária. O verdadeiro objeto da história literária consiste no estudo da variabilidade da literatura, ou seja, na determinação dos elementos que mudam, evoluem ou sofrem transformações numa série literária. A noção fundamental que rege uma história da literatura é a de substituição de sistemas, competindo, pois, à história da literatura descrever as transformações dos valores literários no curso do tempo, estudando o desenvolvimento da consciência estética, que implica apelar para elementos de ordem social, ou seja, as atitudes das épocas para com a arte literária.

Tal concepção apresenta inovações significativas no âmbito dos estudos historiográficos literários, uma vez que altera profundamente o sentido de mudança na história da literatura, deixando evidente o paradoxo histórico que consiste em fundamentar essa história nos elementos mais suscetíveis de mudança, quais sejam, os autores e as obras. O caráter inovador dessa reflexão resulta também do conceito de literariedade, que procurava integrar o estudo dos componentes de uma obra no conjunto do sistema da obra ou nas suas relações com os componentes do sistema de outra obra.

Nas décadas posteriores, especialmente a partir dos anos sessenta, a historiografia registraria novas contribuições para a ampliação de seu debate, como consequência das discussões que vinham sendo produzidas sobre as relações entre o discurso literário e o discurso histórico, cujas origens têm sua base nos novos enfoques sugeridos pelos historiadores franceses, especialmente aqueles vinculados à Escola dos Anais. É nessa direção e estimulado pelas considerações advindas também da semiologia que Roland Barthes introduz-se no debate, apresentando uma possível história da literatura, a partir das relações entre os dois campos por ela abrangidos: a história e a literatura. Barthes considera fundamental para qualquer estudo de natureza histórica uma reflexão sobre o conceito de literatura que presida ou domine no momento focado pelo historiador, o que leva a considerar a historiografia literária como a história do conceito de literatura através dos tempos. Nesse caso, a história não se fundamenta sobre as individuali-

dades que ela reúne (os autores e as obras), mas é considerada a partir do nível da história, daquilo que ele define como a função literária, que envolve relações de ordem de produção, comunicação e consumo.

A década de sessenta seria marcada, ainda, pela contribuição mais significativa aos estudos da historiografia literária, através do texto apresentado por Hans R. Jauss, em 1967, situando sua reflexão no ponto em que o formalismo e o marxismo se mostraram incapazes de solucionar o abismo entre o conhecimento estético e o conhecimento histórico da obra. A fim de resolver esse problema, propõe a deslocação dos enfoques que tradicionalmente privilegiavam o autor ou a própria obra, para a recepção que a obra desfruta e os efeitos que provoca, destacando uma figura até então negligenciada pela historiografia: o leitor. A história da literatura passa a ser entendida como o resultado de um processo de comunicação entre três instâncias: o autor, a obra e o leitor.

A necessidade de consideração dessas três instâncias e de suas responsabilidades no processo de comunicação tem o mérito de ultrapassar a posição que valorizava o texto literário apenas como representação. Colocam-se, agora, questões como o destino da obra, a partir de seus efeitos, e o relacionamento entre os horizontes do passado e do presente. A estética da recepção torna-se, assim, um embate, tanto para os estudos literários quanto para os de caráter histórico. Para os primeiros, especialmente para a crítica de caráter imanentista, desloca o foco da avaliação literária do interior do texto artístico para o exterior, para as relações que o texto estabelece com seus leitores, em diferentes épocas; para a História, a proposta recepcional cancela a ilusão da reconstrução do passado, tal como ele foi (a ilusão positivista), pois o passado pode estar submetido a interesses, conjunturas ou situações particulares, que o transformam em construção, ou seja, em pura ficção.

Outra discussão que toma vulto no campo da historiografia literária, em decorrência da relação história e literatura, procura elucidar o substrato narrativo de que se reveste o discurso historiográfico. Para H. U. Gumbrecht, segundo o qual *os conceitos de "história" e "literatura" tem uma história*<sup>2</sup>, duas condições possibilitam o aparecimento da história da literatura: um novo conceito de História e a formação de uma consciência relativa ao caráter especial da literatura e da arte, como formas que se apartam do pragmatismo da vida quotidiana. Do ponto de vista do primeiro aspecto, a História passa a ser tratada como coletivo singular "história". A certeza de

<sup>2</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? In: OLINTO, Heidrun Krieger. *História da literatura*. As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996, p. 223.

que a História tinha um *único* caminho é rebaixada e o desaparecimento de seu entendimento como uma disciplina capaz de abarcar a totalidade também submerge. A história deixa de ser considerada como um discurso abrangente e totalizante, para assumir uma pretensão fragmentada e parcial. Essa mudança provoca repercussões no conceito de literatura e, por consequência, na concepção das histórias da literatura. Os textos literários, que constituem o objeto das histórias literárias, passam a ser entendidos como itens interpretados e avaliados, e não dados objetivos. A história da literatura transforma-se numa construção de um historiador, que, assumindo a posição de narrador, constrói um relato, não do que aconteceu, mas do sentido que ele atribui a um determinado conjunto literário.

Essas proposições sinalizam para alguns pontos importantes na relação entre literatura, história e história da literatura: a) literatura e história estão de tal modo associadas, que qualquer alteração em um dos campos provoca imediata repercussão no outro; b) história(s) da literatura são narrativas pluralizantes – não se trata de uma história, mas de histórias; c) o historiador da literatura torna-se um narrador que, abandonando a pretensão totalizante, relata histórias fragmentadas, cujo início e fim são determinados pela concepção de história e de literatura de cada um.

O velho historicismo cai por terra e os novos ares que chegam, para acender o debate em torno de um velho problema, centra-se em algumas idéias básicas: a) o passado, a matéria-prima do historiador, só é acessível através dos vestígios que nos foram legados por esse passado. Nesse sentido, o historiador não dispõe do objeto passado ou dos eventos que o constituíram, mas das construções textuais que chegaram até o seu tempo; b) a narrativa historiográfica absorve os princípios do texto narrativo e comporta-se como tal: o historiador da literatura é também ele um narrador, a quem compete proceder ao recorte do objeto de estudo, organizar o material selecionado, dando-lhe um sentido, mas sabendo que na composição de sua narrativa entram outras formulações já interpretadas e avaliadas (os textos), para os quais, como instância narrativa, a história da literatura deve propor um sentido. E o sentido que ela instaura *inscreve-se* em outros contextos maiores ou outras instâncias discursivas, como diz S. Schmidt: *um dado, esteja ele situado no passado ou no presente, é nada mais que um dado “à luz” de molduras de um observador específico*<sup>3</sup>; c) a relação história e literatura modifica-se, e a história da literatura tem de propor soluções para essa inter-relação, sem perder sua especificidade. Não se

<sup>3</sup> SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura. Observações de um ponto de vista construtivista. In: OLINTO, Heidrun Krieger. *História da literatura. As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996, p. 104.

trata tão-somente de se construir como história, mas de reconhecer como uma história com características peculiares, da qual participam alguns heróis (os autores e as obras), outras personagens (o leitor), postos em cena por algumas figuras (a crítica), os meios de comunicação e divulgação, as editoras, todos envolvidos num ativo processo de diálogo, troca de experiências, em tempos e espaços múltiplos e variados.

Assim, é complexa a questão da história da literatura: olhando um pouco para a história e um pouco para a literatura, ela não pode perder seu lugar nem como história, nem como literatura, mas tem de afinar seus instrumentos de análise para um concerto ao mesmo tempo histórico e literário.